

PERCEPÇÕES DE PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO SOBRE A INCLUSÃO DOS ESTUDANTES PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

PERCEPCIONES DE LOS PROFESORES EN LA EDUCACIÓN MÉDIA SUPERIOR SOBRE LA INCLUSIÓN DE ESTUDIANTES PÚBLICO DE EDUCACIÓN ESPECIAL

Beatriz de Souza Cacheta¹
Miriam Viridiana Verastegui Juarez²
Juliane Aparecida de Paula Perez Campos³

Resumo: Esse estudo teve como objetivo caracterizar a atuação de professores de ensino regular que ministram aulas no ensino médio para alunos público-alvo da Educação Especial (PAEE). É uma pesquisa qualitativa do tipo descritiva, realizada com professores de um município de médio porte do interior de São Paulo. A coleta de dados foi realizada através de uma entrevista online com o apoio de um roteiro semiestruturado. Os resultados se organizaram através da análise pós categorial como: Percepções dos professores sobre a inclusão de alunos PAEE em sala regular, prática pedagógica e inclusão de alunos PAEE. Os resultados mostraram que foi possível observar mudanças na prática dos professores a partir da presença de alunos PAEE matriculados em salas regulares do ensino médio. Os fatores mencionados pelos participantes foram a formação continuada, apoio da gestão escolar, cursos na temática e a contratação de educadores especiais realizados pelo Estado.

Palavras-chave: educação especial; ensino médio; inclusão escolar; formação de professores; prática pedagógica.

Resumen: Este estudio tuvo como objetivo caracterizar la actuación de profesores de educación regular que imparten clases al Público de Educación Especial (PAEE) en la Educación Media Superior. Es una investigación cualitativa de tipo descriptiva, realizada con profesores de un municipio de medio porte del interior de São Paulo. La colecta de datos fue realizada a través de una entrevista online con un guión semiestruturado. Los resultados se organizaron respecto del análisis postcategorial de la siguiente manera: Percepciones de los profesores sobre la inclusión de los alumnos PAEE en el aula regular, práctica pedagógica e inclusión de alumnos PAEE. Los resultados identifican cambios en la práctica del profesorado por la presencia de alumnos PAEE en las clases regulares. Los factores mencionados por los participantes para este cambio fueron la formación

¹ Graduada em licenciatura em Educação Especial na Universidade Federal de São Carlos. Correio eletrônico: biacacheta@hotmail.com. Rodovia Washington Luís, km 235 - SP-310 - São Carlos - São Paulo - Brasil. CEP 13565-905.

² Doutora em educação especial pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Especial na Universidade Federal de São Carlos. Correio eletrônico: verasteguijv@gmail.com. Rodovia Washington Luís, km 235 - SP-310 - São Carlos - São Paulo - Brasil. CEP 13565-905

³ Professora Associada do Departamento de Psicologia, Docente no curso de Licenciatura em Educação Especial e no Programa de Pós-Graduação em Educação Especial na Universidade Federal de São Carlos. Correio eletrônico: juliane@ufscar.br. Rodovia Washington Luís, km 235 - SP-310 - São Carlos - São Paulo - Brasil. CEP 13565-905

continua, el apoyo de la gestión escolar, cursos sobre la temática y la contratación de educadores especiales por el Estado.

Palabras clave: educación especial; educación media superior; inclusión escolar; formación de profesores; práctica pedagógica.

INTRODUÇÃO

Em décadas recentes, verifica-se o aumento gradual das matrículas de alunos público-alvo da educação especial (PAEE) nas classes comuns da educação básica. De acordo com os dados do resumo técnico do censo escolar (INEP, 2020), o número de matrículas da educação especial chegou a 1,5 milhão em 2022, um aumento de 29,3% em relação a 2018. Especificamente no contexto do ensino médio, em 2018 foram registradas 91.394 matrículas de alunos PAEE e em 2022 foram 204.233 matrículas. Frente a isso, com a demanda de matrículas de alunos PAEE em todas as etapas de ensino da educação básica, observa-se a necessidade de os professores elaborarem estratégias de ensino que visam a permanência e a eficiência da escolarização desses alunos.

Mesmo com a diversidade sendo algo natural na sociedade atualmente, nem sempre foi assim. Com o decorrer dos anos foram consolidados padrões para a “normalidade” e quando alguém estava fora dessa classificação eram condenados e excluídos e, muitos indivíduos com deficiência foram negados e não aceitos de muitos movimentos, como por exemplo, de frequentarem o ensino regular e participação de atividades sociais (FRIAS, 2008).

Dessa maneira, quando pensamos em incluir dentro do contexto da educação, estamos nos referindo em observar o outro aceitando-o independente de suas condições físicas e intelectuais e com qualquer tipo de deficiência sendo ela permanente ou não, para além disso, ao incluir esse aluno irá garantir que todos percorrem o mesmo caminho, podendo expor suas dificuldades e colaboração para a construção da sua identidade e cidadania tanto pessoal quanto em grupo (Rodrigues, 2011).

Este processo torna-se um grande desafio para todos, principalmente para os professores que requerem fazer modificações em suas práticas pedagógicas com um planejamento educacional que irá possibilitar que os alunos PAEE possam compreender e absorver os conteúdos curriculares (Garcia; Diniz; Martins, 2016). Para que de fato a inclusão ocorra, é necessário quebrar barreiras e paradigmas entre a sociedade e a escola, para isso é indispensável a presença de um currículo acessível dirigido para esses alunos

e uma melhora na qualidade de ensino na classe comum além da presença do educador especial (Mendes; Vilaronga; Zerbato, 2014).

Estudos como os de Oliveira et al. (2012), Silva e Arruda (2014), e Aquino (2017) destacam que os professores de diferentes níveis de ensino podem ter insegurança com a matrículas de alunos PAEE em suas turmas, e, como justificativa, utilizem o fato de a formação inicial não contemplar disciplinas voltadas para a atuação direta com os alunos da educação especial. A legislação brasileira presume que todos os cursos de licenciatura que visam a formação de professores, com a oferta de disciplinas que abordam sobre a educação especial como forma de prepará-los para a matrículas de alunos PAEE em suas turmas, no entanto, nem sempre os cursos inserem sobre a área de maneira tão frequente (Oliveira et al., 2012; Oliveira, 2017).

De acordo com a Resolução CNE/CEB nº2, de 11 de setembro de 2001 com o título de Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica descreve que, para um professor ser capacitado para atender os alunos PAEE em classes comuns deverão comprovar a sua formação de nível médio e superior a inserção de “conteúdos sobre educação especial adequados ao desenvolvimento de competências e valores” (p. 5).

A Resolução CNE/CP nº2 de 20 de dezembro de 2017 define as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial de professores para a educação básica e institui a Base Nacional Comum para a formação inicial de professores da educação básica (BNC-Formação) declarando que deve garantir os padrões de qualidade dos cursos de formação docente ofertados pelas instituições de ensino superior, articulação entre a teoria e a prática bem como, a formação inicial e a formação continuada dos docentes com conhecimentos e conceitos básicos sobre a educação especial para os atendimentos aos alunos PAEE (Brasil, 2019).

Como pode-se observar a resolução que contempla a formação dos professores sobre conceitos básicos da Educação Especial é recente, pelo que muitos professores podem se sentir inseguros, ansiosos e preocupados quando recebem a notícia que terão alunos PAEE matriculados em sua turma e um fator que contribui para isso é em relação a sua formação inicial, pois, nem sempre os cursos de licenciatura preparam para a atuação com esse público ou quando existem essas organizações enfatizam apenas a teoria deixando para trás a prática pedagógica e o contato direto com os alunos PAEE. Apesar dos avanços em relação à inclusão e às alterações no projeto político pedagógico,

ainda existem instituições de ensino superior que não dão o suporte necessário para os futuros professores. Inclusive, muitas escolas têm uma certa resistência em matricular alunos PAEE e o que fortalece esse pensamento se dá em razão da falta de experiência de seus professores que não sabem como lidar com esse público (Oliveira et al., 2012; Silva; Arruda, 2014).

Além disso, apesar de algumas mudanças em relação ao ingresso dos alunos PAEE na educação básica serem facilmente observadas, conforme as políticas públicas, os dados ainda mostram que é um processo que ocorre através de pequenos passos (Rocha, 2019). O professor deverá desenvolver uma prática que seja capaz de solucionar os desafios e as exigências inseridas no contexto social e também educacional, assim, é necessário que o professor além de se tornar uma figura principal, também assume o papel de mediador no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes, lidando com um trabalho pedagógico que potencialize suas ações enquanto educador proporcionando mudanças para os seus alunos (Menezes, 2012).

Nesta direção, a prática pedagógica assume papel importante no processo de inclusão dos alunos PAEE no contexto do ensino médio. Para Franco (2016, v. 97, p. 536), a prática pedagógica ocorre através da mediação do ser humano a um “artefato técnico construído previamente” com a junção da reflexão contínua e coletiva em que todos possam ter livre acesso conforme as buscas para a construção dessas práticas com base em seus objetivos. Outro ponto importante levantado pela autora é que a prática pedagógica é uma ação consistente e participativa de práticas sociais com o apoio de tudo que envolve o ambiente escolar e educativo através de sua concretização que para tal é necessário ter finalidade específica de planejamento, acompanhamento e criticidade.

De acordo com Silva-Porta et al. (2016), um dos grandes desafios encontrados na hora da implementação da educação especial em relação à inclusão e permanência dos alunos PAEE no ensino regular está relacionado ao currículo tradicional que é estabelecido para as séries escolares em que, na maioria das vezes não é pensado nas especificidades e nem no desenvolvimento dos alunos PAEE. Ainda de acordo com os autores, para que a inclusão ocorra de fato é necessário que tenha uma organização curricular mais dinâmica, flexível e que seja de fácil adequação quando notar que aquela maneira pré-estabelecida não está sendo favorável para o ensino do conteúdo aos seus alunos, correspondendo assim as individualidades de cada um e, esse trabalho tem que envolver toda a gestão escolar e não somente os professores.

A prática pedagógica envolve aspectos desde a formação inicial dos professores, suas expectativas e perspectivas, englobando também a organização do trabalho docente junto com outros profissionais da educação e dos espaços escolares bem como o planejamento a sistematização dos processos de ensino e aprendizagem com base nos conteúdos e atividades essenciais para a formação dos alunos (Bueno, 2019). Com isso, é preciso pontuar que os currículos escolares são como um instrumento pedagógico que abrange as práticas teóricas e práticas de professores para auxiliar e contemplar o planejamento e princípios propostos pela organização escolar sendo um documento importante para o ensino e aprendizagem dos alunos (Guadagnini; Duarte, 2016).

Além disso, para que o professor tenha uma qualidade de trabalho é preciso considerar alguns fatores, como por exemplo, o número de alunos matriculados por turma, quanto mais alunos mais dificuldade o professor terá em ensinar os conteúdos propostos e objetivos traçados, de maneira que não consiga dar um bom amparo para os alunos que estão com dificuldades em compreender a temática da aula. Contudo, muitas vezes, o professor nem sempre tem um horário disponível para a elaboração de aulas, e não possuem o apoio de profissionais que possam contribuir para as suas práticas educativas e não tem qualidade nos recursos oferecidos pela escola (Garcia; Diniz; Martins, 2016).

Os fatores expostos refletem na realidade das escolas da educação básica, nesse sentido, a inclusão de alunos PAEE no ensino médio é uma situação que faz com que os professores instiguem a realização dos seus princípios que estão além de suas competências ou habilidades e com isso, esses profissionais precisam buscar novos procedimentos de ensino e estratégias metodológicas que sejam eficazes para potencializar o conhecimento dos seus alunos de forma que também atendam as suas diferenças (Azevedo, 2008).

Tais considerações refletem o recorte da realidade da matrícula dos alunos PAEE, tendo como foco os desafios e possibilidades da atuação docente do ensino médio junto ao alunado em questão. Nesta perspectiva, o presente estudo é fruto do trabalho de conclusão de curso da primeira autora que teve como objetivo geral caracterizar a atuação de professores do ensino regular que ministram aulas no ensino médio para alunos PAEE. Para o artigo focalizou-se percepção dos professores sobre a inclusão dos alunos PAEE no ensino médio.

MÉTODO

O presente estudo consistiu em uma pesquisa de abordagem, sendo o projeto submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da Universidade Federal de São Carlos (CAAE: 33683920.8.0000.5504). Diante das circunstâncias ocorridas pela Pandemia do COVID-19 foi elaborado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) via plataforma do formulário do Google contendo todas as informações necessárias, em linguagem clara e objetiva para os participantes sobre a pesquisa. Nesse formulário, havia o campo para o professor colocar “aceito” ou “não aceito” participar da pesquisa, nome, local e data, em qual(quais) escola(s) atua, se já teve alunos PAEE matriculados no ensino médio e contato (e-mail e/ou WhatsApp).

A pesquisa contou com a participação de cinco professores de quatro escolas diferentes, sendo que uma participante atuou em duas escolas estaduais. Foram três professoras do sexo feminino e dois professores do sexo masculino. Para manter o sigilo da identidade dos participantes, eles receberam nomes fictícios. As informações descritas referem-se à ocasião da coleta de dados do ano de 2020.

A participante Carla tinha 35 anos, formada em História, Geografia e Pedagogia. Possuía especialização em Pedagogia Empresarial e ministrava aulas há 11 anos para o Ensino Fundamental II e Ensino Médio nas disciplinas de história e geografia.

Carolina tinha 33 anos, formada em Educação Física no ano de 2007, tinha pós-graduação em educação física escolar com ênfase em educação especial. Já atuou na APAE como estagiária e trabalhava com o ensino fundamental II e ensino médio.

Fernando era formado em Sociologia no ano de 2005, possui mestrado e estava no doutorado seguindo a mesma área da formação inicial. É professor de sociologia há 13 anos no ensino fundamental II e ensino médio.

Gabriela iniciou sua formação no curso de Educação Física finalizando no ano de 1990, tem especialização na área de educação especial e é professora há 15 anos. Atualmente trabalhava em um período em uma escola estadual com alunos do ensino fundamental II e, no ensino médio como professora de educação física e, no outro turno era professora na APAE.

Gustavo tinha 27 anos, formado em História e em Pedagogia. Possuía mestrado profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal.

Considerando o contexto da pandemia do Covid-19, bem como as

recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre a importância do distanciamento social, as entrevistas com roteiro semiestruturado foram realizadas por videoconferência, via plataforma Google Meet em dia e horário de melhor conveniência aos participantes.

A organização das perguntas se dividiu em três eixos: educação especial, prática pedagógica e inclusão de alunos PAEE. Antes da realização das entrevistas com os participantes, o roteiro foi encaminhado para duas juízes com o intuito de dar um feedback sobre o que deveria ser modificado e realizou-se também uma entrevista piloto.

Após a realização das entrevistas, foram realizadas a transcrição e validação destas por um juiz. Com as entrevistas validadas, os dados foram analisados e organizados em três categorias de acordo com os relatos de todos os professores (Franco, 2005), sendo elas: Percepções dos professores sobre a inclusão de alunos PAEE em sala regular, práticas pedagógicas e inclusão alunos PAEE.

Para o presente artigo, foram focalizadas as percepções dos professores sobre o processo de inclusão de alunos PAEE no ensino médio.

RESULTADOS

A seguir, serão apresentados os resultados a respeito da atuação de professores do ensino médio regular que possuem alunos PAEE em suas turmas.

PERCEPÇÕES DOS PROFESSORES SOBRE A INCLUSÃO DE ALUNOS PAEE EM SALA REGULAR

Ao analisar o ponto de vista dos participantes da pesquisa sobre qual era a percepção que predominava ao receber a matrícula do aluno PAEE pela primeira vez, os professores relataram que não se sentiam preparados e tinham receio de atuar com esses alunos, a justificativa apresentada por eles foi a lacuna na formação inicial sobre a temática. Todos os participantes descreveram que não tiveram disciplinas específicas voltadas para a área da educação especial nas suas primeiras graduações.

Diante disso, destaca-se os seguintes trechos:

Mesmo que trabalhei na APAE, quando me passaram que eu teria os alunos eu fiquei com medo, por quê? Porque querendo ou não a nossa formação, a primeira formação, a gente não tem isso na faculdade que

para mim deveria ser obrigatório ter uma disciplina ou duas específica para esse público (Carolina – Entrevista).

Não me sentia preparado, nem sabia direito como agir (Gustavo – Entrevista)

Não, nós não estamos em preparo, a gente está totalmente despreparado para isso (Carla – Entrevista).

Foi bem assim, desafiador para mim (Gabriela – Entrevista).

Eu lembro que no início havia muita resistência por parte dos professores e de toda comunidade escolar mesmo, havia uma grande resistência porque a maioria afirmava o seguinte, que a gente não tem preparação para isso, que deveriam ter um professor especializado, alguém que conseguisse avaliar melhores alunos (Fernando – Entrevista)

Após receberem alunos PAEE, essa percepção começou a mudar; três professores (Gabriela, Gustavo e Fernando) demonstraram um sentimento diferente, descrevendo que todo aluno de alguma maneira acaba transformando o professor que passa a observar as diferenças entre os indivíduos e suas potencialidades, alguns dos fatores que contribuíram para isso foi a formação continuada, o apoio da gestão e a atuação dos educadores especiais.

E é a minha paixão. Esses alunos são tudo na minha vida. Quando eu fecho os olhos, às vezes na minha casa eu penso: meu Deus! Todo dia eu recebo áudios, vídeos, mensagens deles a noite, a gente faz chamada de vídeo, eles são muito amorosos, é uma coisa assim, sem preço (Gabriela – Entrevista).

Eu sempre vi que em todo e qualquer aluno eu acabava me transformando, sempre vi à docência a partir dessa perspectiva. Não sei se é devido a minha formação em História que tem a questão do multiculturalismo, a questão da alteridade, enfim, não sei se é algo típico das ciências humanas que faz com que a gente já tem esse olhar para as diferenças de cada um e pensa inclusão como processo que está além da questão da deficiência em si, porque se a gente pega a sociedade brasileira, ser educador e não pensar na diversidade, é praticamente impossível porque a nossa escola pública ela recebe de tudo mais um pouco, com todos os alunos assim eu sempre percebi que de alguma forma com todos eles eu acabava aprendendo, mas esses alunos em específico foram desafiadores com certeza, então para minha prática, para minha consciência docente foi fantástico porque aí eu percebi na prática os limites da formação e aí a partir disso buscar outras formações, acho que uma das primeiras coisas que eles trouxeram à tona é isso, é que a formação é deficitária em alguns segundo aspecto que com uma boa formação e um bom planejamento é possível sim fazer aulas de uma forma mais coerente, de uma forma

mais inclusiva mas eu não sei se eu deixei claro isso (Gustavo – Entrevista).

E hoje com o passar do tempo a gente não vê mais dessa forma, existe uma resistência, não que não tenha mais, mas, ela é menor do que ocorria antigamente pelo menos a minha percepção individual. Eu gostaria de destacar que já foi evoluído, o que eu noto nesses últimos anos é que essa visão como eu já falei ela mudou bastante, mudou para melhor, então acho que tanto os professores, quanto a própria comunidade escolar eles têm visto esses alunos como parte da comunidade escolar, de olhar para esse aluno com outros olhos. Eu espero que essa resistência seja cada vez menor e que ela deixe de existir na verdade para que possa ter essa integração plena mesmo desses alunos. Quando a gente prepara as aulas a gente sempre pensa nesse aluno, como que a gente vai trabalhar com ele, que tipo de adaptação vai ser feita, não assim que a gente domine as adaptações é que é uma coisa que a gente faz é muito tempo, mas sempre tem dúvida também, então, mas é comum o pessoal da Diretoria de Ensino vir até a escola e explicar melhor como fazer essas adaptações, enfim, é um processo que a gente ainda está aprendendo (Fernando – Entrevista).

Dias e Silva (2020) revelam que a ausência de disciplinas que abordam a educação inclusiva traz consigo a impossibilidade para diálogo com outros cursos de licenciatura, pois, as matrículas de alunos PAEE em salas regulares vêm aumentando com o decorrer dos anos e, quando o professor não tem o conhecimento prévio sobre a inclusão poderão ativar os mecanismos de exclusão com a justificativa de que não possuem formação para atuar com os alunos PAEE.

Para Carolina, não teve muitas mudanças na sua maneira de pensar o antes de depois de ter alunos PAEE em sua turma porque ela ficou afastada das aulas das escolas estaduais por um período de 7 anos e quando voltou a dar aulas como professora de Educação Física já existia o Decreto nº7611 de novembro de 2011 mencionado na introdução a respeito da educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências, e com esse decreto os alunos já estavam oficialmente matriculados no ensino regular em classes comuns. Sendo assim, Carolina destaca:

É eu não vejo como mudança, pode ser que quando eu voltei para dar aula eu me assustei porque eu fiquei 7 anos longe do Estado, então, quando eu voltei já foi uns alunos diferentes da época dava aula. Eu acho que todo aluno merece estar em uma escola regular.

No entanto, Carla ainda demonstra um sentimento de insegurança por receber alunos PAEE em sua turma por não ter conteúdo para apresentar ao aluno para auxiliar no ensino-aprendizagem deles, durante a entrevista ela menciona que:

Eu fiquei apavorada, e ainda até hoje, se falar assim, que entrou mais um aluno eu fico desesperada porque eu sei que eu não tenho conteúdo para dar. Mas não é assim de revolta dele estar fazendo parte da sociedade escolar, é por não ter como ajudá-lo.

Ziesmann, Oliveira e Guilherme (2017, p. 312-313) abordam que essa percepção dos professores de ensino regular da educação básica não saberem como lidar com seus alunos ocorre com uma certa frequência:

Uma realidade bastante presente em nossos contextos educacionais é a de que professores são designados a realizar uma função ou atividade, mas não têm o devido treinamento ou formação específica para realização dessa atividade, gerando, desta forma, um desgaste para o professor, que acaba por se sentir incapaz, e para o aluno, que não consegue ser integrado nem desenvolver suas habilidades no âmbito escolar. É preciso que os professores consigam se manter organizados e determinados a alcançar os mesmos resultados, para que o aluno com deficiência se sinta inserido e consiga desenvolver todas as suas habilidades em conjunto aos seus colegas.

Na pesquisa de Sant'Anna e Lírio (2018) participaram professores da área de ciências (química, física e ciências biológicas), as autoras analisaram as percepções dos professores em relação a inclusão de alunos surdos matriculados em redes regulares de ensino da educação básica e, em seus resultados foram apresentados uma preocupação com a melhora da qualidade de ensino sendo que, um dos fatores para essa afirmação está relacionado com a formação dos participantes da pesquisa que relataram “não se sentem capacitados para desenvolver um trabalho inclusivo” (2018, p.43). Apesar disso, as autoras descreveram que a inclusão social é importante e essa deverá ocorrer primeiramente em ambientes escolares.

INCLUSÃO ALUNOS PAEE

Neste item serão tratados aspectos sobre possibilidades e benefícios para a inclusão dos alunos PAEE no ensino médio, descritos pelos professores no decorrer da entrevista com a pesquisadora.

No que diz respeito à inclusão, todos os participantes da pesquisa expressaram aspectos positivos para os alunos PAEE bem como para toda a comunidade escolar, evidenciando como essencial para a formação do sujeito em sociedade, contribuindo também no convívio social entre as pessoas.

Pontuou-se também sobre algumas dificuldades encontradas pelos colegas de trabalho dos participantes da entrevista, em relação à inclusão dos alunos PAEE no ensino

médio, seja ela por um fator predominante em não ter a formação continuada voltada na área da educação especial, fazendo com que os professores se sintam inseguros em atuar com os alunos PAEE por receio de não conseguir realizar todas as demandas, adaptações e atividades propostos pela Diretoria de Ensino e também pela gestão escolar pela falta de tempo para o seu planejamento devido à grande carga horária.

Destaca-se a fala de Gustavo:

A nossa sociedade é diversa ao mundo não se limita aos bancos escolares e no dia de amanhã esses alunos vão ter que estar vivendo na sociedade como um todo, esse processo eu acho que ele tem que se dar dentro da escola, eu acho que ele traz benefícios para todo mundo, tanto para os profissionais, tanto com os alunos que são da inclusão, quantos os alunos que convivem com eles, eu acho que isso abre a cabeça das pessoas para uma realidade muito maior e eu acho que para o desenvolvimento deles também. Às vezes o aluno que é público alvo da inclusão ele acaba ficando um pouco de lado ou o professor não faz as devidas adaptações porque não teve tempo, não teve condições ali no próprio desenrolar do dia a dia, então não são desculpas, acho que porque sim professor que tem consciência mesmo com a dificuldade ele vai tentar fazer o melhor, mas aqui me cansa essa ideia de professor tem que ser o tempo inteiro tem que ser o herói, que dá jeito para tudo, eu acho que a gente tem que pensar nas questões estruturais mesmo.

Além disso, a professora Gabriela relata que:

A gente tem que incluir esse aluno de fato e não os segregar, não deixar de lado de jeito nenhum, né? Então eu acho que dá liberdade para aquele aluno de fato sintá-se acolhido, sintá-se pertencente aquela escola, tem o direito, o dever, todos nós estar lá juntos. E não só pelos professores, por todos, a maioria deles ainda acha que não é o papel deles na sala de aula, e que ele não foi formado para isso. Então às vezes a gente fica chateada com isso, que poderia assim, é o que eu falo, políticas públicas é uma formação maior para os professores, acredito que um respaldo que vem lá do governo, das especialidades, o professor tá, mas, estamos caminhando para um final feliz.

Para o professor Fernando a inclusão:

Eu acho que é essencial, é uma visão nova, não tão nova assim, não sei dizer em que ano que essa legislação surgiu que trazia essa questão do aluno a frequentar a escola. Acho importante, porque é uma forma de na escola. os próprios colegas já aprenderem a lidar com esse tipo de situação, a respeitar, enfim, eu acho que é importante por conta que antigamente tinha aquela segregação, então os alunos iam para uma escola específica para esse tipo de questão e acabava que não havia esse contato, e esse contato é positivo porque ajuda a compreender o outro na sua diferença, porque ele ninguém é igual na verdade.

Os (as) professores (as) destacaram algumas possibilidades de tornar a inclusão mais benéfica para os estudantes. Dentre os relatos, obteve-se com mais frequência a redução no número de alunos matriculados nas salas regulares, respaldo e materiais adaptados como livros e apostilas pensando na característica de cada aluno PAEE, por exemplo, material em Braille para alunos com cegueira. Além disso, houve a diminuição na carga horária dos professores, aumento da remuneração e formação continuada sobre a área da educação especial com cursos focados na atuação com os alunos PAEE.

Deveria ter alguma faculdade privada ou pública de ter um movimento num projeto grandioso que desenvolvesse o aluno, apostilas, livros didáticos, por exemplo, eu tenho um livro didático que você usa na sala de aula como normal, e cada livro daquele para cada uma das disciplinas vinha um adaptado para o aluno que precisa (Carla – Entrevista).

Eu acho mesmo a questão do material do aluno. Como eu trabalho com educação física às vezes falta muito material adaptado nas escolas, mas a gente vai dando um jeitinho. Professor você sabe como é, não deixa nada para trás, então, eu acho que falta políticas públicas ainda que incentive mais, né? (Gabriela – Entrevista).

É uma coisa que já acontece, a gente sempre faz ATPC que são as reuniões pedagógicas aí sempre tem alguém que trata desse assunto, que explica como fazer adaptação, como trabalhar os conteúdos. Eu acho que isso é uma coisa importante que já tem acontecido, mas, acho que poderia ser talvez melhor e diminuir a quantidade de alunos por sala de aula para facilitar um pouco mais trabalho e, essa diminuição de alunos nem é só para um aluno com algum tipo de necessidade, seria para todos mesmo, porque assim teria um bom andamento melhor da aula e nesse caso em específico acho que ajudaria mais ainda (Fernando – Entrevista).

Eu acho que poderia mudar é esse preconceito que a sociedade tem com o aluno de inclusão, que acha que eles são deficientes e não precisam fazer nada e, eu acho totalmente o contrário, dependendo a deficiência que ele tem, você tem que estimular e até puxando mais no pé dele para falar “você é capaz de fazer” (Carolina – Entrevista).

Ter investimento na formação docente, questão do aumento da remuneração. Tempo para o planejamento esse tempo sendo remunerado, a diminuição do número de alunos por sala, é impossível a gente que está num processo inclusivo de qualidade. As escolas nem discuti, pelo menos de acordo com as experiências que eu tenho, as minhas vivências que eu estou falando, nenhuma sequer discuti com os professores sobre o projeto político pedagógico da escola (Gustavo – Entrevista).

De acordo com Oliveira et al. (2012), durante a pesquisa realizada pelos autores teve o envolvimento de 10 professores do ensino fundamental e 10 professores do ensino

médio, onde foi possível observar que os cursos oferecidos pelo governo contribuem para a capacitação e atuação dos professores com os alunos PAEE e, outras temáticas que abrangem a área da educação especial influenciando-os nas suas percepções sobre a inclusão com a reflexão de mudanças dos valores e crenças contribuindo para transformação da prática.

Outro ponto fundamental que os professores apontaram, a respeito da inclusão, é em relação aos benefícios que ela traz a favor da socialização dos alunos PAEE com toda a comunidade escolar, como a melhora na comunicação, o respeito e interação entre os alunos, sendo assim, na fala da professora Gabriela, ela menciona sobre como é o acolhimento entre os alunos.

Os alunos daquela sala, eles acolhem, cuidam, às vezes a cuidadora lá a professora, tem quinze minutos, não durante o intervalo dele, mas depois, os quinze minutos dela, eles (alunos) cuidam dentro da sala de aula, sabe? com o maior carinho. Então é uma coisa que eu acho que já está inserido. Tem muita coisa para avançar, a gente sabe, mas a gente vê que essa troca tá sendo muito boa, não só para o aluno, mas para os outros também. O crescimento, essa coisa de aquela empatia que eles estão tendo. Como se fosse membro da família, é algo muito bonito de se ver (Gabriela – Entrevista).

Para o professor Fernando:

Eu não vejo assim que existe um preconceito, bullying esse tipo de coisas com esses alunos não, eu acho que já existiu, mas, hoje em dia eu acho que os alunos estão cada vez mais acostumados com a ideia e respeitam.

Para Santos (2019), conforme as interações sociais entre um indivíduo e outro, torna-se algo fundamental já que, representa símbolos e significados que desempenham papel de influência na formação da personalidade e identidade dos sujeitos sendo um facilitador para a aproximação e compreensão dos conceitos ensinados na sala de aula possibilitando a aprendizagem efetiva dos alunos PAEE.

Carolina descreve que o ensino colaborativo com as professoras itinerantes ocorre com a atuação de ambas em relação a sugestões de como realizar as adaptações curriculares para os alunos PAEE, pensando nas suas habilidades.

Os professores da sala de recurso, agora estamos na maneira online eu consigo conversar com eles ou fazer alguma videochamada. Como eu não sabia de alguns alunos, então, eles (professores da sala de recurso) me explicaram, passaram todas as informações e o que eu faço? Eu mando meu planejamento e eles adaptam ou falam “adapta nisso que

ele vai conseguir fazer isso” porque como eu não conheço a sala totalmente e ele sabe quem são os alunos. Todos os que me auxiliam nisso na hora de estar fazendo a prática porque online tá bem difícil, então, normalmente eu estou em contato com os alunos por áudio, porque alguns em vídeos também não conseguem abrir, mas, estou conseguindo adaptar e fazer essa troca com eles dessa maneira (Carolina – Entrevista).

Por outro lado, o professor Gustavo menciona que esse contato com o professor itinerante nunca aconteceu e reforça medidas que talvez possibilitariam essa proximidade, destacando o ATPC (Aulas de Trabalho Pedagógico Coletivo) como uma oportunidade de rodas de conversas entre todos os profissionais da educação, uma vez que esses professores itinerantes têm um convívio maior com os alunos PAEE e com a cooperação da Diretoria de ensino que poderia ofertar algum projeto em conjunto com os professores de ensino regular e os professores de educação especial.

Isso nunca aconteceu, eu acho que também é uma outra falha do sistema que seria facilmente resolvido. Nós temos os ATPC, por exemplo, com a presença dessa profissional, então ela que tem um contato maior com aluno, que tem uma formação mais específica em relação a deficiência, ela poderia estar em diálogo com nós (professores). Eu acho que isso acaba ficando muito a cargo de quem tá à frente na direção de fazer essas pontes, então a Diretoria de Ensino achou que tinha que partir deles um projeto para estreitar isso e ter essa visão. A escola por sua vez também em não ficar esperando vir ao de cima da Diretoria de Ensino ter a autonomia para ter buscado um convite para trazer essa pessoa eu acho que tudo isso faria total diferença sem dúvida e não tinha (Gustavo – Entrevista).

O trabalho em conjunto com o professor de educação especial e o professor de sala regular é conhecido como coensino ou ensino colaborativo é um modelo de trabalho apoiado na abordagem social pois determina que a escola tem que ser modificada e qualificada para que os alunos PAEE possam ter acesso ao ensino na classe comum, ou seja, presume na mudança da organização escolar com a contratação de educadores especiais em que possibilitam a formação de equipes colaborativas para o preparo e confecção de materiais e recursos que irão proporcionar um melhor benefício no ensino-aprendizagem do aluno PAEE e não apenas colocando-o em uma sala de aula (Mendes; Vilaronga; Zerbato, 2014).

O trabalho colaborativo permite a troca de conhecimentos, informações e experiências entre o professor do ensino comum e o professor de educação especial em que juntos irão tomar decisões em prol de um objetivo em comum, estando consolidado

na confiança, apoio, auxílio na tomada da decisão final dos professores com chance de efetivação na mudança coletiva (Mendes; Vilaronga; Zerbato, 2014; Morgado, 2014).

O professor de educação especial e o professor do ensino regular ao planejar um currículo diferenciado para seus alunos, suprindo assim as necessidades e demandas curriculares dos alunos PAEE. Esses professores passam a desenvolver um processo de ensino-aprendizagem com atitudes propícias de forma moral e ética, deixando assim, um ambiente mais favorável na inclusão para todos analisando os estudantes a nível físico, acadêmico e social (Cabral; Postalli; Orlando; Gonçalves, 2014; Morgado, 2014).

Portanto, essa aproximação e trocas de experiências, saberes e práticas pedagógicas dos professores da Educação Especial com os professores do ensino regular é uma etapa essencial para a proficiência da inclusão escolar e o currículo fazendo com que a qualidade de ensino seja benéfica para os alunos PAEE (Floró, 2016).

Os resultados apresentados pelos participantes da pesquisa retratam a realidade de um contexto local de uma diretoria de ensino de um município de médio porte do interior de São Paulo em que, foram pontuados sobre as práticas pedagógicas dos professores do ensino médio regular com seus alunos PAEE além das estratégias de ensino utilizados por eles para a aplicação dos conteúdos curriculares com esses estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de alunos PAEE no ensino médio é um tema que vem ganhando cada vez mais força e o professor desempenha um papel fundamental nesse processo. A partir deste estudo, foi possível compreender a atuação de professores de ensino regular que ministravam aulas no ensino médio para alunos PAEE.

Com o primeiro contato com os alunos PAEE, os professores relataram uma insegurança do medo de lidar com o novo e não saber como agir com os alunos, além da falta de materiais destinado para cada especificidade. Apesar de ser uma pesquisa local, é possível notar em outros estudos sobre a prática dos professores em diferentes modalidades de ensino da educação básica, quando o tema é inclusão de alunos PAEE, os professores também podem apresentar os mesmos sentimentos e justificativas dos participantes dessa pesquisa.

Ainda existem muitas mudanças que deverão ocorrer como, por exemplo, a diminuição do número de alunos por sala de aula regular e investimento nos materiais e recursos adaptados, e para que de fato a inclusão escolar seja realizada com equidade

exigindo força e perseverança de todos os envolvidos nesse processo e não somente dos professores de ensino regular do ensino médio.

Com isto, espera-se que os resultados desta pesquisa possam contribuir para a área da educação especial e estudos sobre a atuação de professores do ensino médio; bem como nas reflexões frente aos movimentos políticos e sociais que visam a garantia da inclusão de alunos PAEE em sala regular, viabilizando os avanços pedagógicos, permanência e sucesso escolar para esses estudantes.

REFERÊNCIAS

AQUINO, D.F. **Formação docente e ensino de biologia: quais os desafios à inclusão de estudantes com deficiências no ensino médio?** 2017.

AZEVEDO, M.N. **Pesquisa-ação e atividades investigativas na aprendizagem da docência em Ciências.** Dissertação de Mestrado, São Paulo: FEUSP, 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB n. 2/ 2001**, de 11 set. 2001. Institui diretrizes nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 20.mar.2021.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n. 2/2019**, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília, DF: 2019.

_____. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP n° 2**, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE_CP222DEDEZEMBRODE2017.pdf. Acesso em: 24.jun.2021.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Departamento de Educação. **Resumo Técnico.** Censo da Educação Básica. DEED/INEP/ MEC, 2020.

BUENO, M.B. **Educação de Jovens e Adultos: formação continuada colaborativa entre professores da sala comum e da educação especial.** Dissertação (mestrado)- Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos, 2019.

CABRAL, L.S.A; POSTALLI, L.M.M; ORLANDO, R.M; GONÇALVES, A.G. Formação de Professores e Ensino Colaborativo: proposta de aproximação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 9, p. 390-401, 2014.

- DIAS, V.B.; SILVA, L. M. *Educação Inclusiva e Formação de Professores: o que revelam os currículos dos cursos de licenciatura?* **Práxis Educacional** (ONLINE), v. 16, p. 406-429, 2020.
- FLORÓ, L.F. D. **Inclusão escolar, salas de recursos multifuncionais e currículo: tecendo aproximações.** 2016.305f. Dissertação (Mestre em Educação) -Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016
- FRANCO, M.A.R.S. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 97, n. 247, p. 534-551, 2016.
- FRANCO, M.L.P.B. **Análise de conteúdo.** 2. ed. Brasília: Líber Livro, 2005.
- FRIAS, E. M. A. **Inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais:** contribuições ao professor do ensino regular. Cadernos PDE, Paraná/Paranavaí, v.1, p.1-37, 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-6.pdf>. Acesso em: 05.mar.2021.
- GARCIA, P.M.A; DINIZ, R.F; MARTINS, M.F.A. Inclusão escolar no ensino médio: desafios da prática docente. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v.11, n. esp. 2, p. 909-927, 2016.
- GUADAGNINI, L.; DUARTE, M. Adaptação curricular para alunos com deficiência intelectual no relato dos professores das escolas estaduais paulistas. **Revista Espaço do Currículo**, v. 8, n. 3, 25 jan. 2016.
- MENDES, E.G.; VILARONGA, C.A.R. ZERBATO, A.P. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar:** unindo esforços entre educação comum e especial. 1. Ed. São Carlos-SP: EDUFSCar, 2014.
- MENEZES, E.M.C. **O Papel do Professor no Processo de Inclusão.** 2012. 70 f. Monografia (Graduação em Pedagogia). Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, 2012.
- MORGADO, S.A.C.C. **Contribuição do trabalho colaborativo entre docentes de educação especial/ensino regular para a inclusão de alunos com perturbação do espectro autista.** Dissertação de mestrado em necessidades educativas especiais. Área de especialização em cognição e motricidade. Lisboa, Portugal, 2014.
- OLIVEIRA, A.B. **Sentidos da Formação Continuada para o Docente:** o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio/PNEM. 2017. 147f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- OLIVEIRA, E.S et al. Inclusão social: professores preparados ou não? **Polêm!ca**, [S.l.], v. 11, n. 2, p. 314 a 323, maio 2012. ISSN 1676-0727. Disponível em: <<https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/3103/2206>>. Acesso em: Acesso em: 05 fev. 2021.

ROCHA, L.R.M. **Panorama nacional dos estudantes público-alvo da educação especial na educação superior**. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. Universidade Federal de São Carlos, 2019.

RODRIGUES, U.M.M. **Diversidade e inclusão escolar**: a visão de alunos do ensino médio. Monografia (Curso de especialização em desenvolvimento humano, educação e inclusão. UAB/UNB, Brasília, 2011.

SILVA, A. P. M.; ARRUDA, A. L. M. M. O Papel do Professor Diante da Inclusão Escolar. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**, v. 5, n. 1, 2014.

SILVA-PORTA, W.C.; GUADAGNINI, K.C.; DUARTE, M.; CAMPOS, J.A .P.P. Perfil dos estudos feitos sobre adaptação curricular no âmbito da escola regular. **Revista de educação especial**, v.29, n.54, jan/abr.2016.

ZIESMANN, C. I.; OLIVEIRA, J.; GUILHERME, A.A. Educação inclusiva: (re)pensando a formação de professores. In: I Seminário Luso-brasileiro de Educação Inclusiva, 2017, Porto Alegre. **O ensino e aprendizagem em discussão**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2017. v. 1. p. 306-323.